

Caderno de debates

Juventude e Direitos na Cidade

Organização:

Joana Barros, Evanildo B. da Silva e Lívia Duarte



Caderno de debates

Juventude e Direitos na Cidade

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa e Lívia Duarte

Rio de Janeiro, agosto de 2013

Realização



Apoio



Caderno de Debates: Juventude e Direitos na Cidade

FASE – Solidariedade e Educação
Programa Nacional Direito à Cidade
Rio de Janeiro/RJ – 2013
1ª edição

Este Caderno faz parte do projeto "Juventudes e Direitos na Cidade", desenvolvido pela FASE com jovens nas cidades do Recife, Rio de Janeiro e Belém.

ISBN 978-85-86471-72-8

Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa e Livia Duarte
Revisão: Livia Duarte e Joana Barros
Ilustração de capa: Bel Falleiros
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos
Impressão: 3Graf
Tiragem: 1.000 exemplares

Juventude e Direitos na Cidade

Sumário

05. Apresentação

07. Mudanças climáticas e sustentabilidade:

nova agenda para o direito à cidade

Jean Pierre Leroy e Julianna Malerba

23. Privatização a vida justificada pela universalização dos direitos:

o avanço das parceiras público-privadas no Brasil

Evanildo Barbosa da Silva

31. Práticas culturais e ações sociais:

novas formas de gestão da pobreza

Cibele Saliba Rizek

47. Pensando alto sobre Direitos Humanos:

algumas possibilidades críticas

Melisanda Trentin

59. Pessoas com deficiência, acessibilidade e direito à cidade

Islândia Costa, Heron Cordeiro e Damien Hazard

69. Cidades-modelo e pobreza na região latino-americana:

uma maneira de superação ou mais um passo para o buraco?

Joana Barros e Evanildo Barbosa da Silva

77. Circulando: uma caminhada entre Rio e Caxias

Lívia Duarte

87. "Desenvolvimento" e Desigualdades Sociais

Cristiane Faustino

Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza¹

Cibele Saliba Rizek²



Jovens da favela em mais um projeto social

Tania Rego/ABr - Rio de Janeiro/RJ

Introdução

Em pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relativas às tessituras e à gestão os territórios da precariedade na cidade de São Paulo, foi possível interrogar as relações cada vez mais múltiplas e mediadas entre trabalho precário e territórios urbanos. A realização dessa investigação e o acompanhamento de outras pesquisas, em seus respectivos trabalhos de campo, permitiram um conjunto de inserções, indagações e observações em pelo menos três situações distintas, construindo um mosaico sobre condições de trabalho e de pobreza urbana em Cidade Tiradentes, Itaim Paulista/Vila Curuçá e em territórios um tanto mais dispersos pelos bairros centrais da cidade, onde se encontra uma grande concentração de trabalhadores imigrantes, documentados e indocumentados, em oficinas de costura. Seus resultados geraram novas indagações, achados que reconfiguraram algumas das dimensões conceituais que nortearam a elaboração inicial de questões relativas a um conjunto de processos que acabei por denominar de “nova gestão da pobreza”.

Nas incursões em campo, na presença e observação mais ou menos constante no interior desses territórios da precariedade, ganhou relevância e significação o campo da produção e da gestão de projetos culturais, ainda que não apenas no que diz respeito propriamente às práticas culturais das periferias

-
- 1 Artigo original apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), maio de 2011. Agradecemos a autora a oportunidade de publicação desta versão ligeiramente modificada.
 - 2 Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo São Carlos, USP, Pesquisadora do Centro de Estudos dos direitos da cidadania – FFLCH/USP, pesquisadora CNPq.

das grandes cidades, mas às diversas relações, imbricamentos, acoplamentos e tangências que a questão da gestão dos territórios da precariedade parece apresentar com as práticas e discursos da inclusão/inserção por meio dessas atividades que envolvem frequentemente as artes e as práticas da cultura. A questão que acabou se constituindo, então diz respeito à gestão da vida, da sobrevivência e das expressões culturais que passariam a configurar um novo modo de pensar e gerir a pobreza e seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, “autoestima”, antídoto e afastamento da violência e das drogas, etc., estratégias e políticas denominadas como “de juventude”. Ao lado da militarização silenciosa ou manifesta da gestão e dos territórios da cidade³, essa parece ser uma inovação importante cujos sentidos é preciso indagar, já que é possível que, por meio desses projetos e dessa forma de gestão, sejam enredados públicos-alvo e agentes, trabalho associado e trabalho artístico como sujeitos e objetos de um mesmo processo de captura, de elisão e da deslegitimação do conflito.

Cabe ressaltar, sobretudo, que as maiores ênfases na produção e gestão da cultura parece se configurar como estratégia de negócios, como dimensões de um empreendedorismo social que parece ser o grande mote de uma feição hegemônica e consensual que perpassa discursos e práticas, que atravessa as dimensões de programas e cursos e se instala nos fóruns populares e em suas parcerias com instituições empresariais, associações e organizações sociais. É possível, então, que a gestão da pobreza seja hoje efetivada, entre outras formas, por meio de sua culturalização, por meio de empresariamentos crescentemente naturalizados. Essa parece ser uma das faces de certo “lado B” da cultura do dinheiro, cuja implementação parece se completar com bastante eficácia. A cultura como negócio teria como contrapartida a cultura como empreendimento e investimento popular, que se dissemina entre os territórios periféricos e pelas “comunidades” das metrópoles brasileiras.

Buscamos assim apreender de outra perspectiva as relações entre cidade e precariedade, entre cidade e pobreza, bastante modificadas pelos últimos processos de reestruturação do mercado de trabalho, expansão do consumo e da renda (Leite, 2010; IPEA, 2010), e pelo conjunto de dispositivos presentes nas inúmeras formas de políticas sociais e culturais, bem como na reconfiguração das tessituras e tramas associativas vistas como redes de sociabilidades ou como significativo aumento do associativismo concebido como uma das saídas

3 Os recentes acontecimentos no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro são a expressão mais evidente dessa militarização. Entretanto, cabe salientar o caso mais silencioso mas não menos importante da última gestão da cidade de São Paulo, que teve à frente a administração Gilberto Kassab. Nessa cidade, das 31 sub-prefeituras, 14 foram ocupadas por coronéis da Polícia Militar. O antigo prefeito ainda delegou funções de fiscalização urbana a policiais militares que recebem até um teto determinado de horas extras mensais diretamente da Prefeitura. Ver a esse respeito matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, no dia 1 de novembro de 2010, intitulada *Militar vira “faz tudo” na administração Kassab*.

colocadas para a população pobre e periférica das metrópoles brasileiras.

Por um lado, pode-se constatar que essas relações se desdobraram em situações urbanas que podem ser consideradas como situações-limite: a situação do chamado circuito do lixo e suas centrais de reciclagem, núcleos de reciclagem, catadores, bem como o trabalho supostamente associado em cooperativas no extremo leste da cidade de São Paulo (Georges e Rizek, 2008) e, ainda, a situação de trabalho de bolivianos do setor têxtil, também na cidade de São Paulo (Rizek, Georges e Freire, 2010). Por outro lado, essas relações se caracterizam por um conjunto de visibilidades e invisibilidades, ambiguidades e dimensões nebulosas nas relações entre cidade e trabalho, cidade e condições de vida, entre as dimensões de reconfiguração de um social revestido de práticas identitárias e culturais, acusando um conjunto de transformações como, por exemplo, a que permite o reconhecimento de territórios produtivos em áreas consideradas como cidades-dormitório, bem como novas relações entre trabalho precário – apesar da confusão em torno dessa denominação – e territórios urbanos, assim como, o que se pode antever como um novo contorno da chamada questão social, crescentemente culturalizada. Esse mesmo contorno parece estar se desenhando por meio de um conjunto diversificado de programas que puseram em cena atores e práticas (fundações empresariais, ONGs, OSs, novas formas de empresariamento, vinculados às dimensões da responsabilidade social das empresas).

Esses processos deslancharam, em escala crescente, um novo acoplamento entre a questão social (condições precárias de vida e de trabalho, pobreza urbana, situações periféricas identificadas com moradias precárias que se fazem acompanhar de acesso nem sempre fácil aos serviços urbanos) e a proposição de políticas culturais financiadas em geral pelos mesmos atores empresariais e pelo Estado, mas que também coloniza e se espraia pelas associações que tiveram origem em movimentos sociais e suas reivindicações e/ou em demandas populares. Esse acoplamento parece alvo de um processo de naturalização – em especial de naturalização de seu caráter virtuoso. Tudo indica, então, que se desenha mais uma zona de indiferenciação, desta vez entre práticas e proposições culturais e gestão social. Trata-se assim da tangência entre a gestão do social e as proposições e os modos de gestão da produção cultural e artística, mais do que de uma discussão delimitada a um ou outro campo – isto é à questão da cidade configurada como questão social e/ou a questão das políticas culturais.

Esse texto se propõe, assim, a discutir situações de pobreza urbana devidamente transformadas em públicos-alvo de políticas sociais e culturais que apontam para um modo novo de configuração da questão e da gestão da vida e da vida urbana, na perspectiva da acomodação, do apaziguamento e da pacificação, na chave de uma elisão da possibilidade do conflito e de formação

de sujeitos capazes de ação política, o que despolitizaria crescentemente o horizonte e a vida na cidade, bem como as práticas culturais que ancoram a visão ideologizada dos protagonismos crescentemente atribuídos e/ou produzidos como atributos naturalizados dessas populações.

A propósito das zonas de indiferenciação e de sua descrição

A noção de zonas de indiferenciação e de sua complicada descrição se ancora em um conjunto de debates recentes sobre as questões da cidade, das “classes populares” ou de seus territórios, em que toda uma gama complexa de elementos tem resistido às formas fáceis de enunciação e análise, já que se caracterizam por um caráter nebuloso, fortemente distante dos referenciais clássicos pelos quais foram descritas e analisadas as experiências então vistas como experiências de classe que conformavam os territórios populares. É possível assim, recorrer às noções de porosidade e liminaridade, ou de zonas cinzentas, ou mesmo de indeterminação que perpassam autores, temas e tentativas de compreensão. A noção de indiferenciação aqui esboçada se refere a esse conjunto mais ou menos recente de transformações, em que a experiência do trabalho para além do trabalho fabril e da cidade, para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia, se embaralharam. Assim também se confundem práticas culturais transformadas em políticas sociais de combate à pobreza e vice-versa. Interessa, sobretudo, destacar que essas novas experiências também marcam diferenças geracionais que por assim dizer, apontam para mudanças dos tempos sociais.

Nesse terreno de zonas cinzentas ou nebulosas, algumas redefinições parecem ganhar densidade. Uma delas é a que permite perceber que a experiência do trabalho e de sua precarização ou encolhimento formal, a experiência do que Oliveira chamaria de “trabalho sem forma” (Oliveira, 2003), ganha contornos na experiência da cidade talvez pela inserção em territórios, também eles, como diria Oliveira “faltos de forma”, genéricos, indiferenciados, mas crescentemente marcados por fluxos de produção e circulação de riqueza, ainda que esses fluxos estejam, eles também, em zonas nebulosas e cinzentas, em zonas de indiferenciação⁴. Isso quer dizer que a noção de indiferenciação reconhece a forte persistência de desigualdades e de seu desenho na cidade, ainda que aponte para mutações e modulações resultantes dos processos contemporâneos que parecem borrar seus limites e

4 A ideia é fartamente utilizada em Telles e Cabanes (2005); mas é possível rastrear algumas de suas inspirações em autores como Giorgio Agamben, no livro *Estado de Exceção*, por exemplo. A ideia de uma zona nebulosa ou cinzenta de indiferenciação entre regra e exceção, pode ser uma das inspirações dessa noção. Outra dimensão possível para a ideia de indiferenciação tal como aparece nesse texto é a noção de indeterminação, também utilizada de modo bastante livre no âmbito da discussão que ora se apresenta.

alterar suas conformações, reconfigurando a experiência social e individual bem como seus lugares.

Aqui também talvez seja preciso observar que algo dessas zonas cinzentas, indiferenciadas, aparece na ideia de cidade genérica (Koolhaas, 2007), à qual se poderiam acrescentar apenas modulações, ou mesmo das várias dimensões que apontam para processos de fragmentação e dualização urbanas, na chave de leitura que apontaria para o esgotamento da operação das velhas determinações que dariam ao espaço funções claramente definidas: o espaço da produção, o espaço da reprodução – entre os quais os espaços da moradia que conformavam territórios e territorialidades passíveis de serem claramente identificadas como bairros operários, por exemplo. De qualquer modo, sempre é possível perguntar como ler novos e velhos vínculos entre cidade, seus territórios, formas de segregação e estratificação, as formas de inserção quer produtivas quer, supostamente, por meio de práticas culturais; entre cidades e esse conjunto de transformações, torções, tensões que parecem articular de outro modo velhas binaridades em muitos dos campos de investigação social. Desse ponto de vista, também é sempre possível perguntar como se estruturam novas e velhas determinações, bem como flagrar esses processos que combinam de modo inusitado velhas e novas relações entre trabalho e moradia, entre propostas de inclusão social e cultural e outro conjunto de dimensões identificadas como associativas ou provenientes de um campo socioassistencial, apenas para citar alguns exemplos.

Pode-se denominar essas questões de novas tessituras ou tramas urbanas (Telles e Cabanes, 2006). Como pensar as relações complexas entre territórios urbanos e pobreza que ancoram crescentemente a indistinção entre práticas culturais e trabalho social, cada vez mais entrelaçados em programas sociais e culturais de combate “à exclusão”, propondo novas formas de “inserção” e/ou “inclusão” social?

A ancoragem nas questões que estruturam as desigualdades urbanas, a partir de formas precárias de inserção produtiva, ainda que revestidas de índices crescentes de consumo e de renda, permite que se postulem, por um lado, os programas de geração de emprego e renda como eixo de um conjunto de políticas sociais. Por outro lado, permite também que as práticas e ações culturais se desenhem como alternativa ou como complemento de um processo de educação formal para e pelo trabalho, como “alternativa cultural e culturalizada” ao emprego, como “microentretenimentos” que organizam parte do cotidiano desses territórios, como mais uma porosidade e liminaridade entre ação social, inserção e inclusão e pura gestão e acomodação de uma pobreza investida por novos patamares de consumo e integração financeirizada, sem que as dimensões da desigualdade possam ser descortinadas ou vislumbradas.

O que se esconde e se revela nesses territórios que chamamos de “mundo da moradia” ou de bairros populares, para além de um conjunto de processos produtivos mais ou menos evidentes? Quais as formas e relações entre esses territórios – periferias, favelas permeadas por programas e associações – e os programas de políticas culturais que envolvem parcerias, associações, verbas públicas em novas tramas onde possivelmente as dimensões da elaboração e do consumo culturais substitui ou complementa formas de inserção produtiva? Como se combinam e se articulam em um mesmo território essas práticas e aquelas marcadas pelas mobilidades laterais entre legalidades e ilegalidades?

Talvez a dimensão mais importante desse texto diga respeito a uma invisibilidade que atravessa tanto territórios quanto relações de trabalho, apontando para uma elipse das formas clássicas que relacionavam o “mundo da moradia” e o “mundo do trabalho” e as várias práticas e programas culturais. Quais formas e relações podem ser identificadas a partir da pergunta sobre processos de estruturação de vidas, circuitos e territórios bem como suas representações, enunciações, formulações por meio da cultura?

Dimensões de um campo de investigação

Situação 1

“Vocês sabem que lá na Associação SD tem um monte de atividades. Precisa ir lá. Ah... você faz dança lá né? É muito bom, muito bom mesmo. Tem um monte de coisa lá. E você (dirigindo-se a outra jovem) vai fazer curso de manicure lá? ‘É muito bom mesmo! Tem criança, jovem, dona de casa. Tem atividade e tem coisa pra todos.”

Fala de uma agente do Programa de Saúde da Família sobre uma associação atuante no bairro, novembro de 2010, durante visita de cadastramento de uma família recém chegada a Cidade Tiradentes.

Situação 2

“Levei a menina pra ter aula de Balé lá no CEU. Todos os meus filhos têm atividade lá. É muito importante. O único que não tem é o que tem problema de genética. Esse tem que fazer tratamento no Hospital das Clínicas e é muito difícil por causa da condução e das dificuldades.”

Fala de um morador do bairro de Guaianases (mais ou menos há 30 km do centro de São Paulo) que trabalha com um núcleo de reciclagem.

Situação 3

“Pensei que o prefeito não viesse. Senti orgulho por fazer parte do projeto e por termos trazido ele aqui.” O coordenador da ONG G.K. confirma: “o pessoal não achava que fossemos trazer o prefeito aqui. Nenhum prefeito nunca havia entrado no Morro e com o Programa conseguimos trazer o Serra para cá. Como isso é política, a comunidade aproveitou para pedir o eu acho falta”. (...) “Uma das consequências de se implantar um programa do porte do Programa que envolve duas grandes regiões de São Paulo, um grande número de jovens e parcerias, é justamente essa mobilização da comunidade. E é a mobilização do povo que traz os holofotes para lugares que antes não chamavam tanta atenção assim do poder público”. Sem dúvida, para compreendermos o novo campo socioassistencial, fatos como o noticiado devem ganhar prioridade. O ‘beco’ foi ‘revitalizado’, razão da alegria dessa gente e justificativa para a presença do prefeito.

Compensados de madeira, devidamente coloridos e adornados com flores em vasos de garrafas pet foram confeccionados e distribuídos pelos jovens ao longo do caminho que leva o visitante para o ‘beco’. Mal se vê o esgoto a céu aberto por trás da parede de compensados. (...) Nada de palavras de ordem, nem sequer os velhos recursos de constrangimento e pressão sobre o Prefeito que se transforma doravante em convidado da comunidade. Para alguns, astúcia dos oprimidos; para outros, signo de uma inegável metamorfose política. Comportamento que, nas palavras da tecnocracia do Banco Mundial, expressaria os ares democráticos pós-88. ‘Do confronto à colaboração’, eis o nome do suposto deslocamento político em direção à maturidade democrática da Nação.” (Ota, 2010: 251).

Situação 4

O Instituto Pombas Urbanas lhe convida a participar do Programa “Empreendedores de Cidade Tiradentes e Região”. O evento promovido pelo Sebrae SP, oferece palestras e cursos gratuitos de empreendedorismo na área cultural, objetivando o desenvolvimento e o aprimoramento das gestões do setor cultural do bairro. O evento vai acontecer no Centro Cultural Arte em Construção, sede do Instituto Pombas Urbanas. Cursos: investimento cultural e mercado cultural. (Site eletrônico do Instituto Pombas, consultado em 3 de janeiro de 2010).

Situação 5

Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte em parceria com ATRITO que tem como principal objetivo fazer a inclusão social de crianças

e jovens em situação de risco, por meio de atividades esportivas, recreativas, reforço escolar e alimentar, atendimento pedagógico, médico e odontológico. O programa atende na entidade 6.500 crianças e jovens com idades entre 5 e 17 anos. No dia 25 de janeiro, a ATRITO firmou uma nova parceria com o Ministério do Esporte na qual ampliou o atendimento para 25.000 crianças e jovens. Com a nova parceria a ATRITO está implantando em outros bairros e municípios, núcleos do programa Segundo Tempo.

Projeto Guri - Polo ATRITO

Inaugurado no bairro Cidade Tiradentes em agosto de 2005, em parceria com a Associação Projeto Guri e a Secretaria de Estado da Cultura, o Projeto Guri – Pólo ATRITO desenvolve por meio da música habilidade e potencialidade de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania. O projeto atende na ATRITO crianças e adolescente com idades entre 8 e 18 anos. As vagas são gratuitas e isentas de seleção para o ensino musical de instrumentos de cordas, sopros, percussão convergindo para a formação de orquestra e formação de coral. A ATRITO está formando em seu polo um coral e uma orquestra composta por 350 crianças e jovens da comunidade. Projeto Guri foi criado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1995. Possui atualmente 111 polos implantados em todo o estado de São Paulo que beneficia 23 mil crianças e adolescentes. (Sítio eletrônico da associação Projeto Guri, citado em Georges e Rizek, 2008).

As situações brevemente sumarizadas acima apontam para a importância e para as múltiplas situações em que se imbricam novos projetos culturais, com maior ou menor presença dos programas de financiamento estatal e suas parcerias no chamado novo campo sócio-assistencial. Alguns elementos começaram a se conformar de modo muito evidente em meio a muitas transformações em curso na periferia da Cidade de São Paulo. Uma delas traz a marca de ambiguidades que podem ser apuradas tanto no âmbito das práticas como no âmbito de discursos relativos à pobreza, às suas modulações e variações, conformadas de modo fragmentado em públicos-alvo, discriminadas por programas – os jovens, infância e adolescência, as mulheres, os idosos, etc⁵. Salta aos olhos um conjunto de iniciativas que constituem atores, práticas e discursos, provenientes ou não dessas camadas de população: associações

5 Também é muito significativo que o discurso dessa divisão por públicos-alvo das atividades propostas esteja fortemente incorporado tanto nas políticas de combate à pobreza, quanto pelos programas desenvolvidos em parcerias com OSCIPs e ONGs quanto nas falas dos atores desses bairros e localidades. A conformação dessas modulações e dessa conformação dos segmentos da pobreza parece ter sofrido uma larga naturalização.

de origem popular, institutos empresariais, fundações, organizações sociais, organizações não governamentais, cooperativas e programas de incentivo ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social ou cultural, etc. Entretanto, o que ganha relevo e densidade nesse conjunto de elementos, para além da terceirização da gestão e da questão social, é o acoplamento crescente entre programas sociais e programas culturais – orquestras, corais, formação de jovens, artes do espetáculo, grupos de *hip hop*, oficinas de todos os matizes e de todas as artes, além das iniciativas que imbricaram cultura e programas de geração de emprego e renda e dos já bastante disseminados programas de ensino de informática.

Mais do que isso, pode-se ainda verificar que um conjunto de dispositivos dessa natureza acaba constituindo um terreno movediço em que ora o cultural é utilizado como meio de constituição desses “protagonismos” que se espriam pelo tecido urbano periférico e pelas favelas e “comunidades” vulneráveis, ora as práticas estimuladas e revestidas por dimensões crescentemente institucionalizadas são utilizadas como exemplo desse protagonismo da pobreza, formas de exercício cidadão, estímulos para a “autoestima” e, finalmente, meios de impedir a “entrada para a criminalidade, drogas”. Afinal qual a natureza dessas iniciativas sociais e/ou culturais e quais são seus atores e suas práticas? Seria possível afirmar que está em curso um modelo homogeneizador de gestão sociocultural da pobreza, apoiado em práticas empresariais que se desdobraram em práticas culturais e socioassistenciais? Em quais desdobramentos ele implicaria, não apenas para as populações-alvo, mas para um conjunto de atores e práticas vinculadas à produção das artes e da cultura, bem como para um conjunto de trabalhadores sociais às voltas com a formulação, diagnóstico, projetos e avaliação dessas práticas?

Um conjunto de ambiguidades comparecem como marcas distintivas das práticas e discursos passíveis de serem encontrados pelos bairros mais pobres das periferias urbanas. São situações de indistinção, modulações da indeterminação entre desenhos e formatos que misturam associações, cooperativas, ONGs, dispositivos característicos do trabalho de assistência, todos marcados (ou que buscam se caracterizar a partir desses traços distintivos) por formas empresariais de gestão, por um lado, e por outro, marcados pela forte presença de elementos morais de justificação e legitimação (Becker, 2008). As ambiguidades, que parecem ser uma característica desse campo, são constitutivas desses novos modos de ação que redesenham a questão social e acabam por ratificar e produzir o pressuposto em que estão enredados: uma suposta ineficiência, burocratização e lentidão da ação estatal no combate à pobreza e à “exclusão social”. São ainda dispositivos cujo caráter de controle e poder não podem ser percebidos e tampouco enunciados. Tudo muito bom e virtuoso, ocupando, entretendo, constituindo e forjando identidades revestidas pelo manto do empreendedorismo e da cultura como negócio e mercado.

Parte dessa ambiguidade pode ser verificada na porosidade entre as dimensões sociais e culturais. Como modo de valorizar as dimensões culturais, terreno em que as virtudes e o “protagonismo” dos públicos-alvo são aparentemente ratificados e confirmados, a cultura e o “trabalho artístico”, devidamente investidos de um manto pedagógico, se transformaram em práticas frequentes e quase obrigatórias que perpassam as “comunidades” periféricas e vulneráveis. Sobram oficinas de todos os tipos, apoiadas sobre o trinômio constituído pelo diagnóstico, pelo projeto e pelas atividades de avaliação. É importante notar que alguns dos atores que essas práticas constituem são curiosamente as mesmas entidades de caráter e natureza empresarial que se encarregam de fazer funcionar serviços como hospitais e postos de saúde, supostamente de forma mais “ágil” e menos burocrática que os expedientes estatais.

Esses limites fluidos entre o terreno do social, pensado como inclusão/ inserção, e do cultural visto como campo do protagonismo das “comunidades”, acabam por se desdobrar em uma nova forma de indistinção, que assimila a produção das artes e da cultura às dimensões sociais de combate à pobreza e à disciplinarização da vida, produzindo novos modos de administração, financiamento e controle tanto das populações-alvo de programas, modos de organização e formas de inclusão como da produção e reprodução das artes, transformadas em possibilidade de expressão, pacificação, estímulo e autoconfiança das populações em condições precárias de vida. Por outro lado, ONGs, OSs, associações de todos os tipos, grupos e coletivos de arte são, ao mesmo tempo, gestores e alvos dessa nova forma, que constituiu novas fronteiras e campos de atuação, modos de empresariamento e de engajamento, modulações de um mercado e de um uso do trabalho que acabaram por se conformar em verdadeiros laboratórios de flexibilidade e hiperflexibilização. Laboratórios estes nos quais se experimentam e se consagram formas como o trabalho voluntário, o trabalho associado em cooperativas, o trabalho terceirizado ou subcontratado e finalmente, em especial no campo das artes, o trabalho gratuito – traduzindo-se em agenciamentos e em dispositivos que dão contorno e visibilidade ao fenômeno que se pretende flagrar a partir dessas dimensões⁶. Também importa ressaltar que esse terreno socioassistencial conforma um conjunto de categorias e um vocabulário que acabou por se colar a esses objetos de nomeação. São o produto de um conjunto de objetivações, mensurações, deslizamentos que foram produzindo um vazio em torno dos sentidos e dos horizontes que se originaram pela abordagem crítica que ganhava substância pelo uso do léxico e da gramática da cidadania

6 Essa ideia tem como origem a pesquisa de Lilinana Segnini (2010). A ela devo a menção à obra *Retrato do Artista enquanto trabalhador* de Pierre Michel Menger, Lisboa: Roma Editora, 2005. Esse autor constrói a ideia de que as artes e o trabalho artístico se constituem como laboratório de flexibilização. Estou aqui utilizando a ideia de dispositivo mais do que a de laboratório (Agambem, 2009). Sobre este tema ainda ver Rizek (2010). A respeito do trabalho das ONGs ver também Freitas (2009) e Carvalho (2007).

e da chamada “elaboração cidadã”. Esse léxico, essa linguagem dos direitos deslizou fortemente, criando um vácuo entre seus sentidos e lutas, que chegaram mesmo a se consolidar em leis e direitos formais e a experiência concreta da vida precária. Da linguagem e nomeação dos direitos e da luta pela cidadania e seus sentidos, desliza-se para um modo de nomeação que perpassa as entidades e atores do “mercado do bem” – institutos, fundações, organizações não governamentais de múltiplas origens – bem como as instâncias que constituem o aparelho de Estado. Nomeação e categorização que encontram eco e suporte na elaboração do discurso acadêmico (Ivo, 2007). Proliferam no lugar dos direitos e de sua enunciação, os protagonismos e empreendedorismos sociais e culturais, filtrados pelas dimensões identificadas como investimento, como mercado, como associação entre as práticas artísticas e estéticas e processos com vínculos cada vez mais naturalizados à dinâmica dos fluxos e mecanismos do dinheiro, confirmando a transversalidade de um discurso a respeito da pobreza ou dos seus supostos protagonismos (Ota, 2010, Silva, 2009 e Souza, 2008).

Esses discursos e modos de nomeação se consolidam, pelo menos aparentemente, como uma forma de conhecimento e reconhecimento objetivado daquilo que se nomeia, desdobrando-se em fraseado, conceituações, dimensões teóricas que acabam por ganhar validação da literatura acadêmica, em especial no discurso e na linguagem das ciências sociais. Além disso, essa transversalidade que perpassa as organizações multilaterais, o terceiro setor, crescentemente o Estado e seus técnicos, o discurso acadêmico em seus desdobramentos, permite reconhecer autores, seus modos de espriamento, conformando e assimilando um consenso que perpassa um conjunto múltiplo e diverso de instituições do Estado, bem como as “entidades parceiras” – tanto as que se ancoram em fundações do terceiro setor quanto as que tiveram origem em associações e lutas populares.

Também é bastante significativo que esses dispositivos impliquem em desenhos institucionais e relações bastante marcadas por vínculos de emprego e de trabalho precários, como de resto parte significativa das ONGs. Assimilados como *peças jurídicas*, aglutinando técnicas e competências bastante múltiplas e muitas vezes pueris (Ota, 2010), essas instituições e seus trabalhadores, eles também vistos como protagonistas e como colaboradores, cuja subsistência também passou a ser dependente da lógica, do funcionamento e do financiamento de projetos, mapeiam e contabilizam a pobreza segmentada em públicos-alvo, estendendo a eles seu controle e gestão, encobertos pelas metas de inclusão social, por meio de mecanismos que finalmente foram assimilados ao espectro do empresariamento e do seu vocabulário, práticas e discursos. Desse ponto de vista, é interessante verificar o modo como a assimilação de um leque de formas e de modos de inserção acaba por ganhar validade e legitimidade e como esse empresariamento da pobreza acaba por

criar um vazio entre a formalização dos direitos, de um lado, e sua ineficácia, por outro.

Nesse espectro de questões e dimensões cabe ainda assinalar dois elementos: de um lado, trata-se de coletivos de arte que atuam nas periferias e favelas em busca de inserção social por meio de atividades de produção e consumo cultural⁷, em geral enfatizando o chamado “protagonismo juvenil” e que se aproximam, por meio dessas práticas, das alas e/ou parcelas de jovens de partidos e sindicatos e de suas proposições. Por outro lado, em busca de contrapontos, pretende-se apreender um conjunto de outras práticas – neste caso de grupos de teatro ou de dança que, por sua anterioridade, por seu caráter paradigmático e pela importância de suas experiências, se envolveram na luta e na reivindicação pelas leis de fomento público e que, por meio delas, também ensejaram iniciativas e constituíram públicos, instituindo novas relações com a cidade, em particular a cidade de São Paulo, ainda que algumas das experiências mais significativas possam ser encontradas em favelas cariocas como a Maré⁸. Esse contraponto pode ser interessante, à medida que seja possível flagrar tanto as articulações e acoplamentos entre o social pensado como tecnologias de controle e de gestão, quanto outras conformações relativas à produção e consumo estéticos em seus desdobramentos vistos como democratização e inscrição na cidade ou mesmo como pesquisa estética, manutenção e elaboração de sua própria produção.

Considerações finais

-
- 7 Alguns dados permitem que se vislumbre o crescimento do fenômeno do financiamento privado por meio de parcerias e editais. Dados do Ministério da cultura apontam para um crescimento do Fundo Nacional de Cultura que salta de 16 milhões de reais em 1996 para 138 milhões de reais em 2006. Assim também os índices relativos aos recursos investidos via mecenato cresceram de R\$ 160 milhões de reais, em 1996 para R\$ 875 milhões de reais em 2006. Além disso, os incentivadores de projetos culturais por meio da Lei Rouanet passam de 43, em 1994 para 13.875 em 2008. Ganha destaque entre essas cifras a participação da Petrobrás cujos incentivos somam 16% do total de recursos investidos via mecenato em 1996 (R\$ 17.845.615,30) para 26% desse total em 2006 (R\$ 220.365.367,71). Em um contexto de políticas que reforçam a importância política do mercado, o Estado transfere recursos públicos para as grandes corporações e são elas que definem as diretrizes da relação entre arte, política e mercado. Esses mecanismos são em tudo semelhantes às isenções fiscais relativas ao trabalho social em torno do “combate à pobreza”. Ver www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos (consulta em setembro de 2009).
- 8 A esse respeito cabe mencionar a Cia de Dança Lia Rodrigues e sua experiência no Complexo da Maré. Trata-se da elaboração de espetáculos de dança contemporânea distantes das dimensões puramente assistenciais. Quando perguntada sobre a origem de seus bailarinos, na busca da identificação daqueles oriundos das favelas da Maré, a diretora retrucou: “Não vou responder porque não importa. O que importa é o espetáculo Pororoca”. Trata-se então de delimitar um outro terreno de práticas culturais.

O terreno movediço que buscamos explorar neste texto – os vínculos entre gestão social e práticas culturais nos territórios precários na cidade de São Paulo – é constituído por relações entre instituições e modos de desenvolvimento do chamado trabalho social e práticas culturais, resultantes de parcerias entre organizações sociais, organizações não governamentais, Estado em suas várias instâncias e dimensões, na constituição de um campo socioassistencial que confere à pobreza novas nomeações, investindo-a de práticas e discursos bastante consensuais. Trata-se de uma pobreza adaptável, vista como objeto de acomodação e pacificação mas, sobretudo, uma pobreza que passa a ser alvo e objeto de empresariamento – tanto por sua inserção no mercado, como em sua face aparentemente livre das injunções desse mesmo mercado. Desse ponto de vista, pretendeu-se começar a problematizar práticas e instituições como expedientes e dispositivos que, pelo acoplamento entre as práticas culturais e sociais, operam nas áreas vulneráveis da cidade de São Paulo, em especial nas periferias da área leste, onde, inicialmente, esses fenômenos já foram flagrados.

Uma última observação pode ainda merecer destaque. Trata-se da viva coexistência entre programas culturais e sociais e a presença de práticas e atividades marcadas pela ilegalidade. Onde quer que se verifique a presença significativa das atividades culturais e artísticas como forma de inclusão social, o que se observa é antes uma justaposição entre os mercados ilegais e as formas de violência mais significativas a eles vinculadas do que uma substituição dessas práticas pelas práticas artísticas e culturais. O gerente de uma associação de Cidade Tiradentes, interrogado sobre essa justaposição afirmou: “Afinal os traficantes também querem o melhor para os seus filhos”. Também não são incomuns os relatos de intermediação entre os patrões do tráfico, os negócios de bicas e biqueiras e as atividades do campo socioassistencial. Desse ponto de vista, talvez caiba o que Vera Telles (2009) descreveu como uma sociabilidade que se desenvolve nas dobras do legal e do ilegal, que constituem origamis em que se embaralham direito e avesso, lei e transgressão, controle e, ainda que de difícil apreensão, formas de resistência.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *O que é o contemporâneo*. Porto Alegre: Argos, 2009.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera. *Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. *São Paulo: la ville d'en bas*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- CARVALHO, Caio Santo Amore. *Da lupa ao telescópio*. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 2007.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *La Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- FREITAS, Sara. *Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2007.
- GEORGES, Isabel.; RIZEK, Cibele. *A periferia dos direitos*. Texto apresentado ao Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008.
- IPEA. *Documento n. 58 – Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil*. Brasília, julho de 2010.
- IVO, Anete. L. *Viver por um fio: Pobreza e política social*. São Paulo/Salvador: Annablume/CRH UFBA, 2007.
- JAMESON, Frederic. *A Cultura do Dinheiro – ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Editora

Vozes, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em Risco*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEITE, Márcia. *O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo*. ABET/ Universidade Federal de Campina Grande e Fundação Joaquim Nabuco, mimeo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

_____ e RIZEK, Cibele. *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____; BRAGA, Ruy. e RIZEK, Cibele. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OTA, Nilton. *O poder como linguagem e vida: formalismo e irrealidade social*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2010.

RIZEK, Cibele. O Artista: trabalhador e cidadão, in *Rumos da Dança*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

_____; GEORGES, Isabel; FREIRE, Carlos. Trabalho e Imigração: uma comparação Brasil/Argentina. *Revista Lua Nova*, n. 79, 2010.

SEGNINI, Liliana. *Relatórios de pesquisa e resultados apresentados no Itaú Rumos da Dança*. São Paulo, mimeo, 2010.

SENNET, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Tatiana. *Governança mundial e pobreza – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2009.

SOUZA, Regina. *O Protagonismo Juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

TELLES, Vera; CABANES, Robert. *Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____ Mutações do trabalho e experiência urbana in *Tempo Social*, julho de 2006.

_____ Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade in *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS-UFRJ.